



PROTEÇÃO E ASSISTÊNCIA À INFÂNCIA DESVALIDA DO PARÁ (1912-1934)

Laura Maria Silva Araújo Alves
laura_alves@uol.com.br
(UFGA)

Resumo

O estudo investiga o atendimento à criança desvalida no Pará com a criação do Instituto de Proteção e Assistência à Infância. O cenário da criança desvalida na província do Pará no raiar do período republicano era desolador. A mortalidade de crianças por doenças e falta de higiene no Norte do país era extremamente elevada, incompatível com a necessidade de constituição de uma raça forte e produtiva. No início do século XX se inicia a institucionalização dos saberes educacionais, médicos e psicológicos aplicados à infância e é quando podemos verificar mais registros sobre que cuidados eram reservados à criança. No Pará, em 1912, o médico Pediatra Ophir Pinto de Loyola que sensibilizado com o quadro de desnutrição e falta de higiene vivida pelas crianças que atendia na Santa Casa de Misericórdia do Pará cria o Instituto de Proteção e Assistência à Infância com o objetivo de auxiliar as crianças desvalidas e orientação as mães nos princípios da puericultura. Este estudo objetiva então responder as seguintes questões: O que levou efetivamente o jovem médico a criar o instituto no Pará? Quais foram suas motivações higienistas para a criação o instituto? Qual a contribuição desse instituto no atendimento a médico e psicológico da criança desvalida do Pará? Metodologicamente a pesquisa utilizou documentos como estatutos, matérias de jornais e revistas nos arquivos das bibliotecas do Hospital Ophir Loyola e Artur Viana. Constata-se que desde o início de sua carreira como médico Ophir Loyola manifestou uma grande preocupação social da criança carente. No seu entender as crianças viviam sem o menor preceito de higiene e com hábitos culturais que prejudicavam o seu desenvolvimento físico e psicológico. Para ele, esta situação deveria ser solucionada com a criação do Instituto de Proteção e Assistência à Infância do Pará. Defendia uma rede de assistência que se caracterizou pela preocupação com o binômio mãe-filho. Um homem de ciência, à frente de seu tempo, imprimindo uma marca própria na sua atuação como médico pediatra, Ophir de Pinto Loyola foi um defensor da assistência médico-social à criança pobre. Iniciou uma intensa atuação a favor da higiene infantil e de uma “verdadeira” Puericultura. Ali consolidou cada vez mais sua política na assistência médico-social à infância e fez valer os seus princípios em relação ao desenvolvimento saudável da criança. Na atuação como diretor da Santa Casa de Misericórdia do Pará e professor da Cadeira de Pediatria Clínica da Faculdade de Medicina e Cirurgia do Pará irradiava suas ideias, suas denúncias, seus projetos, sua influência no campo da proteção e assistência à infância pobre. Dotado de espírito renovador e progressista, destacou-se nos estudos das doenças das crianças. Pela abnegação e sensibilidade com a criança carente e por ser considerado pioneiro na proteção materno-infantil, coube-lhe o título de “Pai da Pediatria no Pará”.

Palavras-chave: Educação. Criança desvalida. Infância.

Introdução

Sabe-se que no período do Brasil Colônia não havia cuidados especiais à criança. No século XVIII com a urbanização das cidades brasileiras requer a intervenção médica nas questões de higiene e saúde, e gradativamente muda a concepção de criança. No século XIX com proposta higienistas e os médicos preocupados com a alarmante mortalidade infantil e com os cuidados que se deveria ter com a criança, negligenciada até então, criam instituições de proteção às crianças pobres e desvalidas. No século XX se inicia a institucionalização dos saberes educacionais, médicos





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

e psicológicos aplicados à infância e é quando podemos verificar mais registros sobre que cuidados eram reservados à criança na Amazônia.

Com a exploração da borracha na Amazônia no início do século XX a sociedade da capital paraense não estava dissociada do contexto nacional e vivia grandes transformações nos campos político, econômico e cultural. Essa economia provocou um intenso processo migratório, fazendo com que a população de Belém crescesse consideravelmente. Eram pessoas vindas de muitas partes do Brasil e do exterior, que traziam consigo suas crianças e procuravam, mediante as dificuldades enfrentadas, um lugar para acolhê-las. Tal acontecimento obrigava o poder público a tomar diferentes medidas para garantir a ordenação da cidade de Belém e atender a uma elite formada pelos barões da borracha, que impunha um novo modelo de vida baseado em idéias trazidas das cidades da Europa. Ao tempo em que a população crescia em um ritmo frenético, normas eram estabelecidas para que nada interferisse no projeto de modernização da Amazônia.

No contrafluxo dessa política, contavam-se alarmantes taxas de mortalidade infantil e as crianças eram as maiores vítimas das doenças que apareciam: varíola, febre amarela, lepra e tuberculose. A concepção médico-higienista, que embasava o projeto civilizador do final do século XIX, estabelecia muitas diretrizes para a formação de uma nova sociedade e a capital da província do Grão Pará a ela não esteve alheia, muito pelo contrário.

A criança era o foco principal para o estabelecimento dessa nova sociedade e as políticas públicas começam a ser pensadas para ela. As práticas utilizadas no interior das casas de asilos para crianças tinham um objetivo: transformar a criança pobre, desvalida, órfã em um cidadão útil para a sociedade, principalmente em termos econômicos. Desse modo, os trabalhos buscam compreender o lugar da criança e da infância na história do povo do Norte do país e sua especificidade na história da Amazônia paraense. Esta preocupação dos pesquisadores em fazer uma história social da infância na Amazônia deve-se ao novo status que esta adquiriu no âmago da sociedade brasileira. Alvo do discurso médico, pedagógico, jurídico e psicológico, a criança e suas representações sociais – desvalida, delinquente, abandonada, órfã, pobre – passaram a lograr um lugar de destaque junto à pauta de discussão acadêmicas na área da Psicologia, Educação, Sociologia e Antropologia das principais universidades brasileiras. Nesse rastro, ecoam vozes de pesquisadores em defesa de se desvelar a história social da infância na Amazônia.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”
Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

No Pará, em 1912, o jovem médico Pediatra Ophir Pinto de Loyola que, de um lado, sensibilizado com a situação de abandono das crianças órfãs, pobres e desvalidas, e de outro, do quadro de desnutrição e falta de higiene vivida pelas crianças que atendia na Santa Casa de Misericórdia do Pará, funda um estabelecimento de caridade – o Instituto de Proteção e Assistência à Infância do Pará. Similar ao Instituto criado no Rio de Janeiro pelo médico Moncorvo Filho, o instituto do Pará tinha o objetivo de auxiliar as crianças desvalidas e orientação as mães nos princípios da puericultura, tão necessários à grandeza de uma raça, e tão garantidoras do futuro de uma nação forte e civilizada. Pela abnegação e sensibilidade com a criança carente do Estado do Pará e por ser considerado pioneiro na proteção materno-infantil, coube-lhe o título de “Pai da Pediatria no Pará”.

A partir desse objetivo maior o estudo pretende então responder as seguintes questões: O que levou efetivamente o jovem médico a criar o instituto no Pará? Quais foram suas motivações higienistas para a criação o instituto no Pará? Qual a contribuição desse instituto no atendimento a médico e educacional da criança desvalida do Pará?

Metodologicamente utilizou-se na pesquisa: documentos como estatutos, matérias de jornais e revistas nos arquivos das bibliotecas do Hospital Ophir Loyola, biblioteca Artur Viana e Biblioteca da Santa Casa de Misericórdia do Pará.

Constata-se que desde o início de sua carreira como médico Ophir Loyola manifestou uma grande preocupação social da criança carente. No seu entender as crianças viviam sem o menor preceito de higiene e com hábitos culturais que prejudicavam o seu desenvolvimento físico e psicológico. Para ele, esta situação deveria ser solucionada com a criação do Instituto de Proteção e Assistência à Infância do Pará. Defendia uma rede de assistência que se caracterizou pela preocupação com o binômio mãe-filho.

Um homem de ciência, à frente de seu tempo, imprimindo uma marca própria na sua atuação como médico pediatra, Ophir de Pinto Loyola foi um defensor da assistência médico-social à criança pobre. Iniciou uma intensa atuação a favor da higiene infantil e de uma “verdadeira” Puericultura. Ali consolidou cada vez mais sua política na assistência médico-social à infância e fez valer os seus princípios em relação ao desenvolvimento saudável da criança. Na atuação como diretor da Santa Casa de Misericórdia do Pará e professor da Cadeira de Pediatria





Clínica da Faculdade de Medicina e Cirurgia do Pará irradiava suas ideias, suas denúncias, seus projetos, sua influência no campo da proteção e assistência à infância pobre. Dotado de espírito renovador e progressista, destacou-se nos estudos das doenças das crianças, sobretudo as doenças tropicais que atingiam as crianças da região amazônica.

A criação do instituto de proteção e assistência à infância no Pará

A saúde infantil no Pará, enquanto campo de intervenção, cuidados e estudos sobre a criança, não teve nada estruturado ou sistematizado até o século XIX, somente no início do século XX é criando o Instituto de Proteção e Assistência à Infância no Pará.

Este trabalho insere-se, portanto no contexto do Pará Republicano do início do século XX, momento em que os cuidados com a infância na região amazônica consolidam-se com a fundação de instituições de amparo às crianças como a criação do Instituto de Proteção e Assistência à Infância do Pará- IPAI. A produção historiográfica paraense encontra-se ainda limitada no que se refere aos estudos sobre essa temática e, principalmente do Instituto de Proteção e Assistência à Infância do Pará, hoje conhecido hospital de referência no Pará no atendimento de crianças com câncer.

Numa perspectiva da História Social da Infância e da Medicina Pediátrica na Amazônia, busca-se compreender a chamada modernização da Belém do Grão Pará, no qual, dentre outros aspectos que permeiam as mudanças no pensamento e nas práticas desta sociedade paraense, está a criação de institutos e asilos com o objetivo de cuidar das crianças pobres e desvalidas da região.

O cenário da criança pobre e desvalida na província do Pará no raiar do período republicano era desolador. A mortalidade infantil no Norte do país era extremamente elevada, incompatível com a necessidade de constituição de uma raça forte e produtiva para a região. Sabe-se que as iniciativas de assistência à infância pobre restringiam-se, nas principais cidades brasileiras, à instituição denominada Roda dos Expostos nas Santas Casas de Misericórdias, que recebia crianças abandonadas ou órfãs, dos filhos das escravas e mesmo dos índios de todas as partes da Amazônia. No caso da Província do Pará, a Roda dos Expostos não foi criada visto que o





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

governo provincial buscou alternativas imediatas para recolher as crianças que eram abandonadas na Santa Casa de Misericórdia do Pará.

Durante o primeiro governo republicano de Justo Chermont, conforme o Decreto estadual nº 291, de 20 de novembro de 1890, houve, pode-se dizer, a primeira intervenção do Estado, com ampla reforma dos estatutos regimentais, junto à Irmandade da Santa Casa, que passa a se chamar Associação Civil de Caridade Santa Casa de Misericórdia do Pará. Motivações político-religiosas diminuíram a influência da Igreja Católica e ampliaram o poder do Estado.

Um fato chama atenção no livro de “Registro de Entrada e Saída dos enfermos do Hospital da Caridade Senhor Bom Jesus dos Pobres”¹ de 1901: a quantidade de estrangeiros registrados no livro. De fato, em 1901 era grande a presença de imigrantes estrangeiros circulando por Belém, em função da dinamização da economia local promovida pela exploração da borracha durante a *Belle Époque*. Quanto à nacionalidade dos pacientes, nota-se o registro de espanhóis, italianos, portugueses, franceses, em meio aos muitos “pardos” nacionais. As transformações ocorridas na província pelo aumento da exploração da borracha, e a produção em larga escala da goma elástica, atraía muitos estrangeiros e promovia o aumento de pessoas com doenças contagiosas.

A Santa Casa de Misericórdia do Pará tornou-se assim uma instituição de assistência aos velhos, enfermos, órfãos e crianças abandonadas, instituição de natureza particular, que recebia ajuda da Província por sua longa tradição de caridade.

Para acolher as crianças desvalidas, criou-se no século XIX, em Belém do Pará, por exemplo, o Collegio Nossa Senhora do Amparo² para atender a meninas desvalidas e o Instituto de

NOTAS

¹ Segundo Bordalo (2000), o Hospital Senhor Bom Jesus dos Pobres foi o primeiro hospital da Província do Grão Pará, que de fato, recolheu e tratou enfermos carentes. Construído no Largo da Sé, o referido hospital foi inaugurado em 25 de julho de 1787 pelo benemérito Bispo D. Frei Caetano Brandão. Em 1808, devido motivos políticos e religiosos, passou para o patrimônio da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia do Pará.

² Instituição pública que atendia meninas pobres na Província do Grão Pará, no período de 1850 a 1890. Criada para instruir, abrigar e educar as meninas pobres, a referida instituição foi pensada a partir de uma política de higienizar e de estabelecer ordem na Província do Pará, pois muitas crianças dormiam e viviam nas ruas, nos becos e em cortiços. Uma vez que era uma das instituições do Governo Provincial responsáveis pela educação das meninas desvalidas, pobres, ex-escravas e indígenas. O Colégio N. S. do Amparo foi criado como medida provincial para higienizar a cidade e evitar que as meninas ficassem vadiando pela cidade e assim fosse possível dar a elas uma formação primária com atividades de leitura, escrita, caligrafia, aritmética e gramática, além de orientações morais e religiosas. Havia ainda uma educação doméstica para que as meninas desvalidas quando saíssem do Amparo





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

Educandos de Artífices³ para atender os meninos desvalidos, ambas com instrução primária e profissional. Instituições de caráter educacional e/ou assistencial surgiram de Norte a Sul do país, ao longo do século XIX, como as Casas/Institutos de Educandos Artífices, as colônias agrícolas, o Asilo para Meninos Desvalidos no Rio de Janeiro, os recolhimentos e asilos para meninos e meninas órfão-desvalidos, entre outras iniciativas (RIZZINI, 2009).

Para Bezerra Neto (1998), o surgimento desta instituição representava a materialização dos anseios de vários grupos sociais que influíam nas transformações ocorridas na sociedade paraense, a partir das últimas décadas do século XIX, embalados pela crença no progresso social e moral dos povos. A consciência da condição social e econômica que as meninas pobres internas no Collegio N. S. do Amparo deveria ter era um discurso produzido pela elite paraense, que considerava a instituição um asilo de pobres e desvalidas, e como tal deveria tratá-las e educá-las. Assim, elas ao saírem da instituição serviriam a esta elite, sem resistência e resignadas. O discurso do Presidente da Província ratifica essa lógica ao dizer: *o collegio dá-lhe educação, amparando-as durante a infância, porém não lhes dá riqueza, nem as faz mudar de condição: entram pobres, e pobres saem; é preciso que como pobres saibam possam vive.* (PROVÍNCIA DO PARÁ, 1874, p. 25).

Com receio de que meninas que chegavam à idade de sair do Collegio do Amparo se tornassem “Meninas Perdidas”⁴ e assim voltassem à condição de pobreza quando do seu ingresso,

pucesse arranjar um “bom” casamento. Constatamos ainda que o colégio aplicava um modelo pedagógico rígido e caso as meninas tivessem comportamento indisciplinado sofriam punições severas (ALVES & ARAÚJO, 2011).

³ Instituição criada para o atendimento de meninos desvalidos na Província do Grão Pará entre os anos de 1870 a 1889. O instituto era uma alternativa de formação profissional, onde eram ofertados instrução nas artes e ofício aos meninos desvalidos. O referido Instituto tinha um modelo de Assistência, embasada na filantropia. Ele era uma resposta dos governantes à modernidade que já havia chagado a capital do Pará trazida principalmente pelos vultuosos recursos que começavam a circular no comércio belenense com a exploração da borracha. Foi considerado por outras províncias como instituição modelo, servindo de inspiração para a criação de outros institutos similares pelo Brasil. O Instituto Paraense de Educando Artífices que se enquadrava na nova mentalidade do final do século XIX, que metamorfoseava a assistência social de face caritativa, ligada principalmente aos ideais religioso, a filantrópica, de caráter mais científico, atrelada aos ideais do Iluminismo. O instituto ainda se apresentava como uma alternativa civilizadora da população mais pobre, marcada pela mestiçagem fortemente rejeitada pelos governantes (BARBOSA, 2011).

⁴ De acordo com Abreu (apud MARY DEL PRIORE, 1999, p. 289-290), a expressão menina perdida foi utilizada pelo advogado José Maria dos Santos, acusado, em 1904, no Rio de Janeiro de ter deflorado Olívia Silva Lisboa, de 15 anos. Olívia estaria nesta irremediável condição, apesar da idade, não apenas por ter perdido a virgindade, mas, segundo o advogado, pelo abandono em que se encontrava – “sem mãe” –, e com um pai que abandonara aos instintos perversivos de que geralmente é acometida a mulher pobre devido à falta de educação. Para esta autora, no final do século XIX, acompanhava-se o estabelecimento de uma política jurídica, e também, médica, preocupada





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

causando problema para o estado de civilização pela qual a Província passava nos finais do século XIX e início do XX, o governo provincial resolve expressar publicamente suas preocupações a respeito do destino das “meninas-moças pobres abrigadas do Collegio N. S. do Amparo”. Tal preocupação decorria do alto índice de denúncias de defloramento na capital da Província e que eram, em quase sua totalidade, oriundas de setores populares da sociedade. Essas meninas defloradas viviam em pequenas casas ou quartos alugados em vilas, cortiços e áreas periféricas da cidade, onde a proximidades entre os pequenos cômodos era a marca. Essas meninas transitavam pela cidade, trabalhando, vendendo frutas, levando recados, roupas, saindo para comprar pão, nas festas populares e encontros religiosos, o que possibilitava conhecer diferentes pessoas e uma maior liberdade para marcar encontros amorosos.

Sabe-se que durante o regime Imperial no Brasil, o modelo de assistência à criança e abandonada, de base eminentemente caritativa, foi sendo gradualmente modificado pela crescente intervenção do Estado. Tal intervenção gerou a criação de uma rede de assistência formada por instituições (Rodas de Expostos, Recolhimentos, Hospitais, Colégios de Órfãos, etc) que apesar de estarem sob a administração privada, sobretudo da Irmandade das Misericórdias, recebiam ajuda financeira da província.

Para Nascimento (2008), o primeiro compromisso ou estatuto firmado entre a Santa Casa de Misericórdia de Lisboa e a coroa portuguesa data de 1516. Esse documento é importante porque estabelece as atribuições da Irmandade, sua organização interna, e garante os privilégios jurídicos e financeiros. Entre suas diversas obrigações, não constava o auxílio às crianças expostas. Em 1618, foram ampliadas as suas atribuições reformulando-se o Compromisso da Misericórdia. Entre essas novas atribuições, havia uma breve menção aos deveres caritativos da Irmandade para com os enjeitados. Mas, esse dever não figurava como uma obrigação estatutária e sim como uma recomendação geral das obrigações do cristão para o próximo, na prática da caridade, no amor moral.

com a formação de trabalhadores e cidadãos sadios, moral e sexualmente. Desse modo, a preocupação dos governantes, sob o ponto de vista jurídico e médico, era de controlar e cuidar das gerações e dos caminhos de construção de “ordem e progresso”.

3301





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”
Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

Nesse cenário, sobressaía-se o papel dos médicos higienistas no atendimento das crianças pobres. Dispostos a enfrentar o “problema da infância” por meio de medidas higienizadoras, tais médicos defendiam não apenas a assistência materno-infantil, mas também proposições a respeito da educação das mães, com vistas à formação física e moral dos filhos. A atuação desses médicos higienistas foi o que instituiu o novo modelo filantrópico de assistência, que iria combinar intervenção pública, filantropia e ciência médica. Fundam-se nesta época as bases da puericultura no Brasil, definida como a ciência que trata da higiene física e social da criança. Nascido na Inglaterra e na França no século XVIII, a base da puericultura era na orientação à higiene da maternidade e da infância.

Embalado pelo movimento higienista⁵ que teve grande repercussão no final do século XIX e início do século XX, dando ênfase à proteção e cuidados com a infância, no Brasil Moncorvo Filho⁶ cria em 1889 no Rio de Janeiro o primeiro Instituto de Proteção e Assistência à Infância no Brasil.

No Brasil, os princípios da “higiene infantil” foram amplamente divulgados por um de seus principais representantes Dr. Moncorvo Filho, criador do Instituto de Proteção e Assistência à Infância (1891) e incansável porta-voz da “causa da infância”, legando-nos uma obra de cerca de 400 publicações em defesa da vida e da saúde. Foi ele um dos mais contundentes denunciadores do descaso do Brasil em relação ao estado de pobreza que vivia a população. De forma contundente, ele procurava demonstrar seus efeitos maléficos sobre a criança nunca deixando de apontar que afetarem a criança, comprometia-se o futuro do país. (RIZZINI, 2009, p.106)

⁵O higienismo foi uma medida que influenciou muitas práticas e políticas públicas fortemente implantadas no Brasil. Pode-se dizer que o higienismo, como uma forma de pensar, é um desdobramento da “medicina social. A urbanização sem planejamento decorrente da industrialização emergente que acontecia no Brasil no final do século XIX e início do século XX traz como consequência problemas de toda ordem, entre os quais se destacam os de natureza médica: as condições sanitárias ameaçadoras e os surtos epidêmicos. Morria-se de uma ampla variedade de doenças, como varíola, febre amarela, malária, tifo, tuberculose, lepra, disseminadas mais facilmente pela concentração urbana.

⁶ Arthur Moncorvo Filho cria modelos ideológicos e institucionais de assistência à infância idealizados e promovidos por começo do século XX. Este médico brasileiro expressamente associava criança e assistência infantil à nação, defendendo o controle, por parte do governo federal, de todas as instituições destinadas a proteger a infância. Ele acreditava que o poder público deveria assumir o papel reservado aos pais das crianças pobres, a fim de protegê-las da miséria e da delinqüência prevalentes nas cidades brasileiras. Para Moncorvo Filho, as crianças possuíam um valor intrínseco, pois representavam a matéria-prima a partir da qual a futura força de trabalho poderia ser moldada. Por meio das instituições que organizou, esperava instaurar um modelo institucional de assistência à infância, a partir do qual o governo poderia criar um sistema nacional centralizado de proteção aos menores carentes. Em 1891, Moncorvo Filho cria no Rio de Janeiro o Instituto de Proteção e Assistência à Infância. Ficou conhecido como o grande defensor das causas da infância e crítico das instituições asilares, condenadas de acordo com os preceitos científicos e sociais da higiene como foco de doenças e causadoras das altas taxas de mortalidade infantil.





O IPAI é uma instituição privada, de caráter filantrópico, que, nascendo sob a bandeira da República e, sobretudo dos valores positivistas, encontra respaldo para sua criação em ideias médico-higienistas e eugenistas. É o início do conflito entre caridade e filantropia. Enquanto a primeira era campo exclusivo das Irmãs de Caridade⁷, a segunda tem compromisso com a ciência. Inicia-se uma campanha contra os asilos de caridade e o sistema de Roda, levada a cabo por médicos e juristas. A questão da racionalização da saúde do menor é levantada devido às altas taxas de mortalidade infantil, tanto na sociedade em geral quanto nos asilos. Sobre as críticas que Moncorvo Filho fez às instituições asilares:

O asylo, tal qual o concebiam os antigos, era uma casa no qual encarfunavam dezenas de creanças de 7 a 8 anos em diante nem sempre livres de uma promiscuidade prejudicial, educadas no carrancismo de uma instrução quasi exclusivamente religiosa, vivendo sem o menor precieto hygiene, muitas vezes atrophiadas pela falta de ar e de luz sufficientes, via de regra pessimamente alimentadas, sujeitas, não raro, a qualquer leve falta, a castigos bárbaros dos quaes o mais suave era o supplicio da fome e da sede, aberrando, pois, tudo isso dos princípios scientificos e sociaes que devem presidir a mnutenção das casas de caridade, recolhimentos, patronatos, orphanatos, etc., sendo, conseguintemente os asylos nessas condições institucionais condemnaveis (MONCORVO FILHO, 1926, p.134).

Durante o século XVIII e parte do século XIX, predominavam a prática preferencialmente caritativa no zelar pelas crianças pobres que se materializava no ato de recolher crianças órfãs e expostas. O melhor exemplo desse modelo foi a “Roda dos Expostos” que foram implantadas em várias províncias do Brasil. Entretanto esse modelo foi considerado inadequado e principalmente incompatível com a nova mentalidade do século XIX. Coube aos higienistas a critica ao sistema de assistência caritativa baseado nos conhecimentos adquiridos pela ciência médica e psicológica. O alvo das criticas era que a Roda dos Expostos que, de um lado, incentivava o abandono de crianças

⁷ Segundo Nascimento (2008, p. 54), “a palavra caridade deve ser entendida na acepção do amor universal ou moral – o *ágape* do grego –, o amor que promove o bem do próximo. Deslocada das franjas dos preceitos cristãos para posição central de uma nova postura da doutrina católica desde fins do século XI, as obras pias ganharam relevo na atitude de alguns padres seculares e em experiências eremíticas, levando a Igreja a adotar a caridade como uma condição para a salvação. O dispositivo da caridade, gestado e colocado em funcionamento através do discurso e da prática da Igreja Católica, se consolidou como uma prática de poder, de dominação e de controle. Se, por um lado, estimulava o acolhimento e a criação dos expostos por parte dos féis, por outro, virava moeda de troca, à medida que abria para o católico mais uma possibilidade de dar visibilidade a sua fé, ampliando seu campo de exercício da misericórdia e da piedade, e com a prática de melhor ação adiantava seus passos sem direção à salvação eterna.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”
Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

de uniões ilícitas e assim livravam-se os pais da responsabilidade de criá-los, ferindo o preceito da higiene moral, pois as Rodas serviam para acobertar os filhos bastardos, “nascidos do pecado”, e de outro, o amontoado de crianças nos asilos feria todos os preceitos da higiene médica, o que era constatado com índice elevado de crianças de morriam nessas instituições por falta de asseio, de alimentação e de arejamento das casas.

Foi justamente baseado nessas críticas que Moncorvo Filho funda o Instituto de Proteção e Assistência à Infância do Rio de Janeiro. O Instituto de Assistência à Infância do Rio de Janeiro visava atender às crianças pobres de até 14 anos, além de gestantes e amas de leite. Pretendia-se, portanto, cuidar da saúde da infância, além da moral, uma vez que os grandes temores das classes privilegiadas eram a mortalidade infantil e a criminalidade. O modelo desse instituto logo se espalhou por todo território brasileiro, inclusive no Pará. O processo de criação do Instituto de Assistência à Infância do Pará, sediado na capital Belém, como nos grandes centros urbanos do Brasil - Rio de Janeiro, São Paulo e Salvador - iniciou-se no círculo de discussão das elites.



Figura1: Corpo Clínico do Instituto de Proteção e Assistência à Infância do Pará. Sentados o Dr. Ophir Loyola, diretor, à direita, o Dr. Penna de Carvalho, chefe de clínica, à esquerda. De pé, o Dr. Evaristo Silva, chefe de clínica, à direita, o cirurgião dentista, Dr. Raymundo Cabral, chefe do gabinete dentário, à esquerda.

Fonte: Revista Pará Médico, 1912 (Arquivo Público Artur Vianna)

No final do século XIX a cidade de Belém do Pará passou a ser administrada por Antônio José de Lemos que, seguindo o espírito de modernização da Província, promoveu mudanças significativas na urbanização e saneamento da cidade. Neste período, as camadas populares





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”
Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

constituíam-se no alvo principal das políticas públicas elaboradas, e que visavam afastar todos os grupos considerados nocivos à boa convivência no espaço urbano: pobres e miseráveis, doentes e crianças abandonadas. Em Belém o discurso das autoridades ressaltava a necessidades de se limpar a cidade do lixo urbano, dos mortos e dos enfermos por doenças contagiosas e de crianças órfãs, pobres e desvalidas que ficavam perambulando pela cidade. Era evidente a preocupação com a higiene nos projetos de reforma urbana, nos códigos de postura da cidade, nos relatórios de governo e outros atos ou decretos instituídos pelo poder público.



Figura 2: Primeira Sede do Instituto de Proteção e Assistência à Infância do Pará, com o Dr. Ophir Loyola, fundador, rodeado de crianças e seus familiares em 1912.

Fonte: Revista Pará Médico, 1912 (Arquivo Público Artur Vianna)

Desde o início de sua carreira como médico clínico, Ophir de Pinto Loyola manifestou uma grande preocupação social da criança carente no início de sua atuação como diretor e médico da Santa Casa de Misericórdia do Pará. Com espírito renovador e progressista, passou a orientar os seus estudos para as doenças das crianças, a Pediatria ainda em seus albores, fazendo dessa especialidade médica a base de sua clínica, no que foi um dos pioneiros.

Ele fazia crítica à situação da infância existente na cidade, sobretudo quando foi Diretor Geral de Saúde Pública e envolveu com a campanha de erradicação da febre amarela, comandada por Oswaldo Cruz, ao tempo do governador João Coelho. No seu entender, essas crianças viviam sem o menor preceito de higiene, desnutridas e com hábitos culturais que prejudicavam o seu





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

desenvolvimento físico, mental e social. Para ele, esta situação deveria ser solucionada com a criação do Instituto de Proteção e Assistência à Infância do Pará. Defendia então uma rede de assistência que se caracterizou pela preocupação com o binômio mãe-filho.

Assim, Ophir Pinto de Loyola seguiu os passos de Moncorvo Filho. Um homem de ciência, à frente de seu tempo, imprimindo uma marca própria na sua atuação como médico pediatra no Pará: foi um defensor da assistência médico-social à criança paraense pobre. Iniciou uma intensa atuação a favor da higiene infantil e de uma “verdadeira” Puericultura.

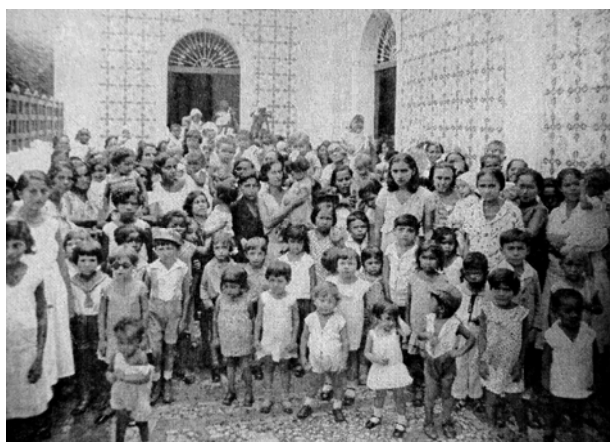


Figura 3: Segunda Sede do Instituto de Proteção e Assistência à Infância do Pará rodeado de crianças e seus familiares em 1912.

Fonte: Revista Pará Médico, 1932 (Arquivo Público Artur Vianna)

O Instituto de Proteção e Assistência à Infância do Pará era uma instituição filantrópica que foi reconhecida como de utilidade pública em 1912. Esta foi indubitavelmente a grande obra de Ophir de Pinto Loyola. Ali consolidou cada vez mais sua política na assistência médico-social à infância e fez valer os seus princípios em relação ao desenvolvimento saudável da criança. Na atuação como diretor do Instituto de Proteção e Assistência à Infância do Pará e da Santa Casa de Misericórdia do Pará irradiava suas ideias, suas denúncias, seus projetos, sua influência no campo da proteção à infância na Amazônia paraense.

Em 06 de outubro de 1912, na capital do Pará, por iniciativa do jovem médico Ophir Pinto de Loyola dos Srs. Dr. Nogueira de Faria, Professores Raymundo Proença e Matheus do Carmo fundam uma modesta instituição para auxiliar as crianças desvalidas prodigalizando-lhes, não só





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

atendimento médico, como também, a orientação pedagógica às mães nos princípios de puericultura, tão necessários a grandeza de uma capital que estava passando por transformações.

O Estatuto do Instituto de Proteção e Assistência à Infância do Pará que concretiza a criação do Instituto foi aprovando em sessão de Assembléia Geral de 24 de novembro de 1912. O Estatuto está materializado em treze páginas distribuído em 12 capítulos e 52 artigos. Cada capítulo trata dos seguintes aspectos:

- Capítulo I: Do Instituto, seus Fins e Organização
- Capítulo II: Dos Sócios
- Capítulo III: Direito dos Sócios
- Capítulo IV: Eliminação dos Sócios
- Capítulo V: Da Assembléia Geral
- Capítulo VI: Do Conselho Administrativo
- Capítulo VII: 1ª Secção de Propaganda
- Capítulo VIII: 2ª Secção- de Medicina e Hygiene
- Capítulo IX: 3ª Secção- de Educação
- Capítulo X: 4ª Secção- de Instrução
- Capítulo XI: 5ª Secção- das Damas da Assistência
- Capítulo XII: Das Comissões Auxiliares de Propaganda

No primeiro capítulo o estatuto dispõe dos fins e organização do Instituto, distribuídos em três artigos que definem que o Instituto de Proteção e Assistência à Infância do Pará é filiado ao Instituto de Proteção e Assistência à Infância do Rio de Janeiro, o primeiro Instituto do Brasil, criado por Moncorvo Filho. É também definida no Estatuto que, o Instituto é uma instituição filantrópica, destinado a amparar e proteger a infância necessitada.

Art. 1º – O “Instituto de Protecção e Assistencia á Infancia”, do Pará, fundada em 6 de Outubro de 1912, nesta cidade de Belem do Pará, por iniciativa dos Srs. Dr.Ophir Pinto de Loyola, Raymundo Nogueira de Faria e Raymundo de Campos Proença, e filiado ao “Instituto de Protecção e Assistência á infância”, do Rio de Janeiro, em 10 de Novembro de 1912, é uma instituição de intuitos philantropicos, destinada a amparar e proteger a infância necessitada.

Quanto aos objetivos e fins da criação do Instituto de Proteção e Assistência à Infância do Pará, constata-se no Art. 2º do Estatuto que, além da preocupação de amparar e proteger as crianças pobres, especialmente quanto à alimentação, ao vestuário, á habitação, à educação, à instrução, havia também a preocupação em proteger as crianças que recebessem maus tratos e àquelas entregues à vagabundagem e à mendicância e aos filhos abandonados de pais de má conduta, mendigos ou condenados. Os objetivos da criação do IPAI do Pará:

3307





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”
Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

- Auxiliar, pelos meios de que possa dispôr, a inspecção medica nas escolas;
- Inspeccionar o trabalho da mulher na industria, com o fim de favorecer indiretamente a infância;
- Pedir a regulamentação e exercer vigilância sobre o trabalho das creanças, de modo a evitar-lhes fadigas excessivas e todas as conseqüências que dellas possam resultar;
- Criar, quando possível, azylos de menternidade, creches e jardins da infância, preenchendo os seus respectivos fins;
- Zelar pela vacinação e revaccinação das creanças que forem apresentadas ao Instituto, solicitando para esse fim o concurso das directorias dos serviços sanitários estadual e municipal;
- Difundir noções, princípios e instrucções tendentes á prophylaxia da tuberculose e de outros morbus communs á infância;
- zelar pela vacinação e revaccinação das creanças que forem apresentadas ao Instituto
- fundar azylos de educandos, com fim de proporcionar aos mesmos a necessária instrucção litteraria, artística e profissional, especialmente a agricultura pratica, instituindo uma caixa de pecúlios com parte do trabalho produzido pelos educandos, e da qual será entregue a cada um a parte que lhe competir, quando concluir o apprendizado, além de outras vantagens que puder obter.

No estatuto do IPAI do Pará é possível verificar as atividades educativas que deveriam ser desenvolvidas pela diretoria no atendimento às crianças desvalidas e órfãs. Dentre as diversas ações educacionais estava a realização de palestras educativas sobre moral e cívica destinadas às crianças. Porém, a principal ação educativa do instituto estava em promover a interdição das crianças cujos pais não atendessem a uma proteção e assistência poderia perder o pátrio poder. Enfim, o instituto condenava a prática de costumes prejudiciais à saúde das crianças. Sobre isso, constatou-se no Estatuto:

- a) a realização de palestras sobre assumptos moraes e cívicos, destinados à educação da infância;
- b) promover junto aos pobres públicos a interdicção das creanças cujos Paes houverem decahido do pátrio poder, ou se entregarem a pratica de costumes condemnavéis.

Um aspecto importante descrito no Estatuto do IPAI do Pará era o papel das damas de assistência no atendimento das crianças desvalidas. As senhoras damas de assistência eram atribuídos várias tarefas que vão desde a organizar bazares kermeses, espetáculo no sentido de angariar donativos para melhoria das ações da comissão até o atendimento as crianças cadastradas no instituto. Além disso, as damas assumiam também a tarefa de prestar socorro às





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”
Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

crianças, auxiliar as mães, zelar pelo tratamento médico das crianças oferecendo bom atendimento, cuidado e conforto as crianças internadas no instituto. A atuação das damas de assistência se entendia ainda em cuidar da confecção de vestes das crianças e de promover diversões que educassem as crianças. No que se refere às ações das damas de assistência, o estatuto aponta:

- a)organizar de acordo com o conselho, bazares, kermeses, espectaculos, etc., em benefícios dos cofres sociaes para o que será auxiliada pela 1ª secção;
- b)distribuir os socorros aos protegidos do Instituto;
- c)verificar de visa como são tratados os socorridos do Instituto, afim de auxiliar os profissionaes do mesmo nos conselhos ás mães pobres, zelando pela sua observância;
- d) velar pelo bom tratamento das creanças internadas no Instituto ou nelle medicadas, cuidando do seu conforto e indagando se são obedecidas as prescripções medicas;
- e)cuidar da confecção de vestes para creanças pobres, angariando donativos para melhor desempenho de sua comissão;
- f)promover diversões que eduquem as creanças, sempre que lhe seja possível.

Conclusão

Vinculado a História Social da Infância na Amazônia Paraense, o presente artigo tem como objetivo historiar o processo de fundação do Instituto de Proteção e Assistência à Infância do Pará, em 1912 na cidade de Belém. Portanto, este artigo se insere em uma abordagem macro de análise das políticas educacionais e sociais destinadas à educação e ao cuidado da infância, objetivando a disseminação de informações sobre o atendimento às crianças nas primeiras décadas do século XX na cidade de Belém.

A preocupação com a maternidade e a infância no Brasil, e em especial, no Pará não é um fenômeno recente. Sabe-se que desde finais do século XIX, o discurso médico já abordava temas como a alimentação das crianças e a mortalidade infantil, chegando a discutir os hábitos culturais presentes na criação e na educação dos filhos. A criação dos Institutos de Proteção e assistência à infância desvalida em todo o Brasil tinha como proposta atender às mães ignorantes, descuidadas com a alimentação e higiene das crianças. As críticas giravam ainda no trabalho das Irmãs de Caridade em torno da falta de cientificidade presente no trabalho caritativo, castigos corporais,





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”
Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

má alimentação etc., Para os médicos higienistas eugenistas um dos muitos erros cruciais nos cuidados da criança era a falta de preparo das famílias brasileiras na criação dos filhos. Segundo eles, a saúde do menor é levantada devido às altas taxas de mortalidade infantil, tanto na sociedade em geral quanto nos asilos de caridade.

Como se vê, os anseios nacionalistas e pressupostos cientificistas que permeavam o saber médico em finais do século XIX e início do século XX, gerou entre os médicos higienistas a crença de que eles deveriam interferir diretamente em questões de natureza privada da família – como era o caso da criação e educação dos filhos – o que se justificava em nome de um bem maior, que era a preservação da saúde e da vida dos futuros brasileiros.

O IPAI é uma instituição privada, de caráter filantrópico, que, nascendo sob a bandeira da República e dos valores positivistas, encontra respaldo para sua criação em idéias médico-higienistas e eugenistas. É o início do conflito entre caridade e filantropia. Enquanto a primeira era campo exclusivo das Irmãs de Caridade, a segunda tem compromisso com a ciência. Inicia-se então uma campanha contra os asilos de caridade e o sistema de Roda, levada a cabo por médicos e juristas.

No caso da história social das crianças desvalidas no Pará como a criação do IPAI, no período em tela, resulta de uma política social, educacional, econômica e antropologicamente pautada no progresso e nas idéias de civilização e modernidade. Para esta nova sociedade, que tenta superar a idéia de que a Amazônia é *terra de índio* e que estava à margem da história, como dizia Euclides da Cunha, era preciso transformar as crianças em cidadãos úteis para o desenvolvimento da nação. Sem dúvida, Ophir de Pinto Loyola foi um defensor da assistência médico-social-educacional às crianças pobres, desvalidas, órfãs, maltratadas, abusadas, defeituosas e enjeitadas. Um homem de ciência, à frente de seu tempo, imprimindo uma marca própria na sua atuação como médico pediatra. Iniciou uma intensa atuação a favor da higiene infantil e de uma “verdadeira” Puericultura (medicina moderna) no atendimento da criança desvalida no Pará. Ophyr Loyola é tido então como o grande missionário da causa da infância desvalida.

O IPAI do Pará desejava assistir tanto a pessoa da criança, como a seus familiares na comunidade. Constata-se a configuração de uma intervenção de natureza abrangente, que tem seu ponto de partida na assistência à criança desvalida, mas se amplia pela articulação com a comunidade, de forma que o





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

IPAI do Pará é apresentado como responsável em promover outros serviços clínicos de assistência à infância na Amazônia Paraense.

Referências

ABREU, Martha (1999). *Meninas Perdidas*. In: Mary Del Priore (orgs.). *História das Crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto.

BEZERRA NETO, José Maia (1994). *As luzes da civilização: instrução pública, institutos e asilos católicos no Pará (1870/1889)*. Monografia de Especialização em Teoria Antropológica. Universidade Federal do Pará, Belém.

BORDALO, Alípio Augusto (orgs.) (2002). *A Sociedade Médico-Cirúrgica e a Medicina no Pará*. Belém: Gráfica Sagrada Família.

_____. (2000). *A Misericórdia Paraense, Ontem e Hoje*. A Sociedade Médico-Cirúrgica e a Medicina no Pará: Belém.

CALADO, S.dos S; Ferreira, S.C dos R. *Análise de documentos: método de recolha e análise de dados*. Disponível em <http://www.educ.fc.ul.pt/docentes/ichagas/mi1/analisedocumentos.pdf>

CANCELA, Cristina Donza (2008). Uma cidade... muitas cidades: Belém na economia da borracha. In: BELTRÃO, Jane Felipe; VIEIRA JR, Antonio Otaviano. (org.). *Conheça Belém, co-memore o Pará*. Belém: UDUFPA.

CELLARD, A (2008). A análise documental. In: POUPART, J. et al. *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. Petrópolis, Vozes.

CHIZZOTTI, A (2006). *Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais*. Petrópolis, Vozes.

COELHO, Marcilde Oliveira (2009). *A Escola Primária no Estado do Pará (1920-1940)*. Tese de Doutorado. USP. História da Educação e Historiografia, São Paulo.

FERREIRA, António Gomes Alves; GONDRA, José Gonçalves (2007). Idade da vida, infância e a racionalidade médico-higiênica em Portugal e no Brasil (século XVII-XIX). In: *Para a compreensão histórica da infância*. LOPES, Alberto; FARIA FILHO, Luciano Mendes; FERNANDES, Rogério. (orgs.).- Belo Horizonte : Autêntica.

FERNANDES, Liliane Alves (2009). *As Santas Casas de Misericórdia na República Brasileira: 1922-1945*. Dissertação de Mestrado em Políticas de Bem-Estar e perspectiva: Evolução, conceitos e actores. Universidade de Évora.

FRANÇA, M^ª do P. Socorro Avelino Gomes de (1997). *Raízes históricas do ensino secundário público na Província do Grão-Pará: o liceu paraense*. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação. Campinas: São Paulo.

GIL, Antonio Carlos (1999). **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5.ed. São Paulo: Atlas.

GIL, Antonio Carlos (2002). **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4.ed. São Paulo: Atlas.

GOMES, R (2007). Análise e interpretação de dados de pesquisa qualitativa. In.: DESLANDES, S. F; GOMES, R.; MINAYO, M. C. S.(org). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 26 ed. Petrópolis, RJ: Vozes.

GONDRA, José Gonçalves (2003). Medicina, higiene e educação escolar. In: LOPES, Elane Marta; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive. *500 anos de educação no Brasil*. 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica.

LE GOFF, J (1996). *História e memória*. Tradução Bernardo Leitão [et. all.]. 4ª ed. Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP.

LOIZOS, Peter. Vídeo, filme e fotografias como documentos de pesquisa. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George (org.) (2002). Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: **um manual prático**. Petrópolis: Vozes.

MANN, Peter (1975). *Métodos de investigação sociológica*. 3.ed. Rio de Janeiro: Zahar.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

MARQUES, Marília Luisa (2000). *Discurso médico sobre seres frágeis*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ.

MARTINS, Mário Ruben de Melo (2006). *Instituto Ophir Loyola: Instituto de Proteção e Assistência à Infância do Pará*. Belém-Pa: Universidade Federal do Pará.

MONTEIRO, Yara Nogueira (1998). *Violência e Profilaxia: os preventórios paulistas para filhos de portadores de hanseníase*. Revista Saúde e Sociedade: São Paulo.

_____ (1995). *Da maldição divina a exclusão social: um estudo da hanseníase em São Paulo*. FFLCH/USP: São Paulo.

MOREIRA, Sonia Virgínia (2005). Análise documental como método e como técnica. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (org.). **Métodos e técnicas de pesquisa em Comunicação**. São Paulo: Atlas.

NASCIMENTO, Alcileide Cabral (2008). *A Sorte dos Enjeitados: o combate ao infanticídio e a institucionalização da Assistência às Crianças Abandonadas no Recife (1789-1832)*. São Paulo: Annablume/FINEP.

PRIORE, Mary Del (1999). *História das Crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto.

PROVÍNCIA DO PARÁ. Relatório com que o excelentíssimo Senhor Vice-Almirante e Conselheiro de Guerra Joaquim Raymundo de Lamare passou a administração da Província do Grão-Pará ao Excelentíssimo Senhor Visconde de Arary, Pará, em 6 de agosto de 1868.

PROVÍNCIA DO PARÁ. Relatório com que excelentíssimo Senhor Doutor Domingos José da Cunha Junior passou a administração da Província do Pará ao 3º vice-presidente excelentíssimo Senhor Doutor Guilherme Francisco Cruz, Pará, em 31 de dezembro de 1873.

PROVÍNCIA DO PARÁ. Relatório com que excelentíssimo Senhor Doutor Domingos José da Cunha Junior. Presidente da Província, Assembléia Legislativa Provincial em 1º de julho de 1873.

PROVÍNCIA DO PARÁ. Relatório apresentado à assembléia legislativa provincial, Excelentíssimo Senhor Doutor Pedro Vicente de Azevedo, em 15 de fevereiro de 1874.

PROVÍNCIA DO PARÁ. Relatório apresentado ao Excelentíssimo Dr. Pedro Vicente de Azevedo por ocasião de passarlhe a Administração da Província do Pará, no dia 17 de janeiro de 1875.

PROVÍNCIA DO PARÁ. Relatório com que Excelentíssimo Sr. Dr. João Capistrano Bandeira de Mello Filho abriu a 2ª sessão da 20ª Legislatura, Assembléia Legislativa da Província do Pará, em 15 de fevereiro de 1877.

RIZZINI, Irene (2008). *O século perdido: raízes históricas das políticas para a infância no Brasil*. 2ª. Ed.rev. São Paulo: Cortez.

RIZZINI, Irene & PILOTTI, Francisco (orgs.) (2009). A arte de governar crianças: a história das políticas sociais da legislação e da assistência à infância no Brasil. In: RIZZINI, Irma. *Meninos desvalidos e menores transviados: a trajetória da assistência pública até a Era Vargas*. São Paulo: Editora Cortez, 2009, p. 225-286.

RIZZINI, Irene & PILOTTI, Francisco (orgs.) (2009). A arte de governar crianças: a história das políticas sociais da legislação e da assistência à infância no Brasil. In: RIZZINI, Irene. *Crianças e menores – do Pátrio Poder ao Pátrio Dever: uma história da legislação para a infância no Brasil*. São Paulo: Editora Cortez, p. 97-149.

SARGES, Mª. de Nazaré (2002). *Belém: Riquezas produzindo a Belle-époque (1870-1912)*. Belém: Paka-Tatu.

SAVIANI, Demerval (2005). História da escola pública no Brasil. In LOMBARDI, José Claudinei, NASCIMENTO, Mª Isabel Moura. *A escola pública: História e historiografia*. Campinas, SP: Autores Associados: HISTEDBR. CAP. 1, P. 1-30.

_____ (1998). Debate teórico-metodológico no campo da História e sua importância para a pesquisa educacional. In: D. SAVIANI; J.C. LOMBARDI e J.L.

SANFELICE. *História e História da Educação: o debate teórico-metodológico atual*. Campinas, Autores Associados/HISTEDBR.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

SILVA, Jairo de Jesus Nascimento da (2009). *Da Mereba-ayba à Variola: isolamento, vacina e intolerância popular em Belém do Pará, 1884-1904*. Dissertação (Mestrado em História Social) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal do Pará, Belém.

SCHUELER, Alessandra Frota Martinez de (2002). *A infância desamparada no asilo agrícola de Santa Isabel: instrução rural e infantil (1880-1886)*. Educação & Pesquisa. Vol. 26 nº 1 São Paulo.

VENÂNCIO, Renato Pinto (1999). *Famílias Abandonadas: Assistência à criança de camadas populares no Rio de Janeiro e em Salvador – Séculos XVIII e XIX*. Campinas, São Paulo: Papyrus.

VIANA, Artur (1909). *A Santa Casa de Misericórdia Paraense – Notícia Histórica 1650-1902*. Belém.

